tigua", assinada em Genebra, a 29.4.58, onde se prevê que "a jurisdição penal do Estado ribeirinho não se exercerá a bordo de navio estrangeiro", salvo nas hipóteses que seguem: "a) se as consequências da infração se estenderem ao Estado ribeirinho; b) se a infração for de natureza a perturbar a paz pública do País ou a boa ordem do mar territorial; c) se a assistência das autoridades locais tiver sido pedida pelo Capitão do navio ou pelo Cônsul do Estado cuja bandeira é arvorada pelo navio; ou d) se tais medidas forem necessárias para a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes".

6.4. Patente, pois, que a bordo dos navios, exceção feita aos casos onde a intervenção do Estado ribeirinho se faz necessária para assegurar a paz e segurança de seus cidadãos, a jurisdição é a do país da bandeira; pedimos vênias para trazer ao presente a opinião de alguns doutrinadores, em perfeita consonância com esse entendimento: "O pavilhão nacional, que o navio arvora, simboliza sua nacionalidade e indica o Estado a cujo regime jurídico está submetido e é nessa idéia que se considera o navio como porção flutuante ou como prolongamento do país a que pertence..." (Theofilo de Azeredo Santos, em sua obra "Direito na Navegação", Forense, Rio, 1.ª ed., ano 1964, pág. 43, citando Hugo Lamas); "É certo que a chamada lei do pavilhão tem uma característica importante, a extraterritorialidade. A lei do pavilhão é reconhecida, em princípio, em qualquer lugar onde se encontre o navio" (Des. Oscar Tenório, "in" "Direito Internacional Privado", Freitas Bastos, 1970, 9.ª ed., pág. 273); "A lei do pavilhão é a lei que mantém a unidade do estatuto legal onde quer que se encontre o navio" (autor e obra citados, pág. 287); Obs.: Vide, também, a doutrina citada no n. 12.1.6, deste Parecer.

7. Quanto ao respeitável voto do eminente Juiz Dr. Ylves José de Miranda Guimarães, no proc. DRT-2 n. 6576/73, que, acolhido por esta C. Corte (CC.RR. 9.3.77), veio posteriormente (25.9.80) a constituir-se em fundamento do acórdão de Uniformização de Jurisprudência do E. 1.º Tribunal de Alçada Civil (Apelação de Ofício n. 261022, da comarca de Santos); também invocado pelo Dr. Márcio Coelho Lessa, em apoio de seu entendimento, cumpre notar:

7.1. O voto supra, embora vencedor neste E. Tribunal, e não obstante seu acolhimento pelo E. 1.º Tribunal de Alçada, na Uniformização de Jurisprudência supracitada, a partir da qual se vem constituindo no principal argumento da tese em que procura apoiar-se a autuada, nos autos em que foi proferido (proc. DRT-2 n. 6575/73) sucumbiu diante do entendimento vigente do Poder Judiciário, eis que, no mandado de segurança de que era participante a autuada, prevaleceu a tese então sustentada, pelos contribuintes, de que os forne-

cimentos de produtos industrializados feitos a navios de bandeira estrangeira configuravam exportação; sendo, em consequência, cancelada a exigência daqueles autos.

7.1.1. Daí se vê que, contrariamente ao asseverado pelo Dr. Márcio Coelho Lessa no n. "5" do voto em separado ora em exame, o entendimento que a Fazenda vem sustentando, em relação aos produtos hortifrutigranjeiros fornecidos a navios estrangeiros não constitui nenhuma incoerência. Sua tese primitiva, apesar de aceita na esfera administrativa, não obteve êxito no Judiciário e outro caminho não lhe restava senão render-se à tese vencedora e promover sua aplicação.

7.2. Quanto ao mérito do voto do Dr. Ylves José de Miranda Guimarães, referido no n. 7, pedimos vênias para notar que as premissas em que se apoiou S. Ex.ª, para sustentar que a chamada "lei do pavilhão", da qual decorre a extraterritorialidade dos navios, quando em águas de outros Estados, não teria aplicação no Brasil, merecem ser revistas.

7.2.1. Com efeito, a ratificação ou não, pelo Brasil, da "Convenção Sobre o Alto Mar" realizada em Genebra, em 1958, "data venia", não autoriza a conclusão a que chegou S. Ex.ª.

7.2.2. É que as normas da mencionada Convenção, bem assim as aprovadas na "Convenção Sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua" e na "Convenção Sobre Pesca e Conservação dos Recursos Vivos do Mar", todas integrantes da "Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar", constituem-se, sem sombra de dúvidas, em fontes de Direito Internacional aceitas pela quase totalidade dos países-membros da organização promotora do conclave, inclusive pelo Brasil.

7.2.3. Nessas condições, a não observância de tais normas, além das dificuldades que acarretaria nas relações internacionais, somente se justificaria em face de normas positivas expressas, dispondo em sentido oposto.

7.2.4. Nosso Direito, entretanto, não faz qualquer restrição à "lei do pavilhão", na forma como prevista nas Convenções mencionadas. Pelo contrário, o Brasil, signatário que é da Convenção de Direito Internacional Privado dos Estados Americanos (Código de Bustamante, Havana, 1928), onde a "lei do pavilhão" é também consagrada, está obrigado a respeitar os princípios ali contidos, atinentes à extraterritorialidade dos navios dos demais países do continente, e adota, de forma ampla, os mesmos princípios, em todas as suas relações internacionais.

8. Assim, e reportando-nos ao conteúdo no n. 6.2., deste Parecer, mais especificamente, ao art. 301, do Código de Bustamante ali transcrito,

pedimos vênias para discordar, ainda, da assertiva contida no n. 8, do voto em separado do Dr. Márcio Coelho Lessa, ora apreciado.

9. A exigência de guia de exportação para os fornecimentos sob exame, mantida no Comunicado CACEX n. 09, de 2 de abril de 1982, outrossim, confirma, de forma eloquente, tudo quanto até aqui sustentamos. Evidente que a medida incluída nas "Normas Administrativas que Orientam a Exportação" (itens 23, alínea "i", e 27) do Comunicado referido, pela "Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.", reflete com precisão o entendimento daquela entidade sobre matéria de sua estrita competência, já que a especialização do mesmo sobre "comércio exterior" não lhe permitiria regular operações que não lhe estivessem afetas; como não permitiria, em face do nome do documento, estabelecer sua exigência para operações outras que não as de exportação.

9.1. As características que envolvem os fornecimentos a navios estrangeiros, quais sejam, comprador com sede no Exterior, pagamento em moeda estrangeira, e entrega de mercadorias sujeita a controle alfandegário, vêm, também, em abono de nosso entendimento. São características encontradas nas exportações e não em operações internas.

9.2. Irrelevante, portanto, o fato apontado no n. 9, do voto em exame, de o Comunicado CACEX n. 07, de 4 de março de 1982, ao estabelecer normas administrativas para orientar as importações, não ter regulado os fornecimentos para uso ou consumo a bordo de navios nacionais surtos em portos estrangeiros. Claro que nessas operações os documentos hábeis serão os utilizados no país onde se situa o estabelecimento vendedor, que somente liberará as mercadorias para embarque mediante atendimento das exigências alfandegárias ali previstas.

10. Quanto à permissão contida no § 4.º do art. 11, do Dec.-lei n. 1.455, de 7.4.76, para que as lojas francas das zonas primárias de portos ou aeroportos forneçam produtos destinados ao uso ou consumo de bordo de embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira aportadas no País, "com isenção de tributos e mediante pagamento em moeda conversível", não vemos no fato nada que contrarie a tese fazendária. As lojas francas, estabelecimentos especiais que são, gozam de tratamento incomum. Por ficção jurídica e desde que guardadas as condições preestabelecidas, suas vendas são consideradas como realizadas em território internacional. Nada mais lógico, pois, que a liberação de impostos e formalidades nas operações que venham a realizar com navios e aeronaves de bandeira estrangeira. A concessão ou não de incentivos de exportação aos produtos de fabricação nacional encaminhados a tais lojas deve ser examinada à vista da legislação a elas pertinentes, que,